



Prestação de assistência social terá sistema único

Coordenação nacional do sistema, com formato inspirado no SUS, caberá ao Ministério do Desenvolvimento Social. Financiamento das ações será repartido entre os três níveis de governo

A instituição do Sistema Único de Assistência Social (Suas), proposta pelo Executivo, foi aprovada ontem pelo Senado e enviada à sanção. A gestão do Suas será compartilhada entre governo federal, estados e municípios. Partici-

parão ainda os conselhos de Assistência Social e as entidades e organizações sociais públicas e privadas que prestam serviços na área. Objetivo é garantir proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. **3**



Marisa Serrano com a presidente do Inep, Malvina Tuttman (D): é preciso entender causas de repetência e evasão

Waldemir Barreto/Senado Federal

Ensino médio sofre com as mazelas do fundamental

Em debate no Senado, presidente do Inep diz que 45% dos jovens entre 15 e 17 anos não chegam ao ensino

médio, como deveriam, por causa do alto índice de repetência e evasão no ensino fundamental. **6**

Gerardo Magalhães/Senado Federal



José Sarney, Aécio Neves, Blairo Maggi e Marta Suplicy cercam Gleisi Hoffmann, que ontem fez discurso de despedida do Senado para assumir a chefia da Casa Civil

Gleisi: nomeação é prova do apreço de Dilma pelo Parlamento

A senadora Gleisi Hoffmann assumiu ontem a chefia da Casa Civil da Presidência afirmando que sua escolha é prova do apreço de Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional, "força essencial da democracia". A

posse de Gleisi, no lugar que era de Antonio Palocci, foi prestigiada por vários senadores. Em seu discurso de despedida, no Plenário, disse que aprendeu e amadureceu muito em seus cinco meses no Senado. **4**

Detento deve ter pena reduzida se estudar

Benefício não contempla os que cometeram crimes hediondos. Emendas a projeto de Cristovam Buarque foram aprovadas pelo Plenário. **6**

Descanso de motoristas pode ser fracionado

Medida válida para motoristas e cobradores de ônibus urbanos foi aprovada pela CAS, mas só vale se estiver prevista nos acordos coletivos. **8**

Rio promete: Maracanã será o melhor do mundo

Reforma do estádio que vai sediar a final da Copa do Mundo de 2014 será concluída até dezembro do próximo ano, garante o governo estadual. **7**

J. Freitas/Senado Federal



Senado aprova volta do fuso horário original do Acre

Projeto que restabelece o antigo fuso horário do Acre foi aprovado, em turno suplementar e em decisão terminativa na CCJ, e segue para a Câmara. **5**

CCJ aprova texto substitutivo a projeto sobre o Acre, que altera ainda o fuso horário em partes do Pará e do Amazonas

Assunto em debate no Senado e preocupação do senador José Sarney quando exerceu a Presidência da República, segurança das zonas limítrofes ganha proposta ambiciosa



Ministro José Eduardo Cardozo, o vice-presidente Michel Temer, Dilma Rousseff e Sarney, no Planalto: plano quer combater o ingresso de armas e drogas pelas fronteiras

Governo federal lança plano de proteção das fronteiras

ENQUANTO O SENADO discute a segurança de fronteiras, com a realização de um ciclo de debates sobre o tema pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, o governo federal lançou ontem um plano para o enfrentamento de crimes nessas áreas.

O Plano Estratégico de Fronteiras, iniciativa conjunta dos ministros da Justiça e da Defesa, prevê uma série de operações integradas entre as Forças Armadas e os órgãos de segurança federais para prevenir e reprimir crimes nas zonas fronteiriças,

como o tráfico de drogas, de armas e de pessoas e ilícitos ambientais e fiscais.

O presidente do Senado, José Sarney, participou, no Palácio do Planalto, de solenidade em que Dilma Rousseff oficializou o lançamento da iniciativa. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, lembrou que Sarney, quando ocupou a Presidência, já demonstrava preocupação com a segurança na faixa de fronteira, tendo promovido projetos para a ocupação e o fortalecimento do patrulhamento na região.

Os objetivos centrais do plano

são a redução dos índices de criminalidade e o enfrentamento ao crime organizado por meio da atuação integrada coordenada pelos ministérios da Justiça e da Defesa. O governo buscará a cooperação com estados e municípios da região e com os países que fazem fronteira com o Brasil.

A área de atuação do plano abrange mais de 2,3 milhões de quilômetros quadrados (27% do território nacional). As ações cobrirão os principais pontos da linha de fronteira, cuja extensão é de 16.886 quilômetros.

Instalada Frente de Combate à Pirataria

A Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e à Sonegação Fiscal foi lançada ontem, na Câmara. O presidente será o deputado Guilherme Campos (DEM-SP) e a vice-presidente, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Para a senadora, a importância da frente está na possibilidade de contribuir para melhorar a economia do país.

O prejuízo causado pela pirataria é estimado, a cada ano, em R\$ 30 bilhões, somando-se aí a sonegação fiscal e a redução no número de postos de trabalho, assinalou Vanessa.



Deputado Guilherme Campos e senadora Vanessa Grazziotin assumem a direção da nova frente parlamentar instalada ontem no Congresso Nacional

Além de Vanessa Grazziotin, os senadores que integram a frente parlamentar são Walter Pinheiro (PT-BA), Rodrigo

Rollemberg (PSB-DF), Demóstenes Torres (DEM-GO), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Armando Monteiro (PTB-PE).

Luta por justiça tributária tem frente parlamentar

Lançada na terça-feira, a Frente Parlamentar Mista por um Sistema Tributário Nacional Justo vai atuar em busca do aperfeiçoamento da legislação tributária, da simplificação de normas e de maior descentralização dos impostos. A frente também vai

promover debates e acompanhar a política oficial relativa à administração tributária.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e o deputado João Dado (PDT-SP) coordenam a organização da frente. O lançamento contou com o apoio de entidades como o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). (Agência Câmara)



Frente Parlamentar Mista por um Sistema Tributário Nacional Justo, lançada na terça-feira, é coordenada pelo senador Randolfe Rodrigues (4º à dir.)

Cancelado debate de hoje sobre o Código Florestal

Foi cancelada a audiência pública marcada para hoje, que daria início à discussão do projeto de lei do Código Florestal (PLC 30/11) no Senado. O debate, que seria realizado às 11h com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, ainda será remarcado pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Também estava previsto para a mesma reunião debate sobre o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado Programa Mais Ambiente.

Aprovado pela Câmara no fim de maio, o PLC 30/11 chegou ao Senado na semana passada. A CMA e CRA farão discussões conjuntas e, em princípio, um relatório conjunto da matéria, que tramará, ainda, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os relatores indicados são Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC).

Deputados estaduais sugerem PEC

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do presidente do Colegiado de Presidentes das Assembleias Legislativas (Cpal), Dinis Pinheiro (PSDB), acompanhado por mais dez deputados de seis estados.

O presidente da Cpal é também presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O deputado apresentou a Sarney o texto de uma proposta de emenda à Constituição que amplia a competência legislativa dos estados e do DF. O documento conta com o apoio de 15 assembleias estaduais.

Segundo Dinis, a PEC é um passo para que se tenha "uma verdadeira Federação".

O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Barros Munhoz (PSDB), disse que a PEC evitaria a "asfixia do Congresso, que não consegue legislar sobre tudo", e permitiria às assembleias legislar sobre assuntos mais próximos da realidade dos estados. Sarney elogiou a iniciativa e prometeu rápida tramitação da PEC.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Batalha Naval do Riachuelo

10h Sessão solene conjunta do Congresso Nacional, no Plenário da Câmara dos Deputados, em comemoração ao 146º aniversário da Batalha Naval do Riachuelo. Às 14h, sessão no Plenário do Senado.

Presidência TCU encaminha contas de 2010

12h Audiência com os ministros Benjamin Zylmer, presidente do Tribunal de Contas da União, e Aroldo Cedraz. Eles encaminharão ao Congresso Nacional o relatório de contas do presidente da República relativas a 2010. Às 16h, José Sarney recebe Galeno Amorim, presidente da Fundação Biblioteca Nacional.

CRA Plano Safra em reavaliação

8h30 Reunião com a finalidade de avaliar a disposição do atual Plano Safra, conhecer e debater a preparação para o próximo plano e discutir o aperfeiçoamento do modelo de política agrícola.

CDH Pesquisa sobre Plano Nacional de Educação

9h Comissão se reúne com o objetivo de apresentar a pesquisa de implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, nas diretrizes do ensino fundamental, nos municípios do país.

CI Votação de emendas à LDO

9h Reunião para discutir e votar emendas da comissão ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012.

CRE Indicações de embaixadores

10h Discussão e votação de emendas ao projeto da LDO e apreciação de mensagens com indicação de vários embaixadores para representações do país no exterior.

CAS Discussão sobre o Samu

11h Audiência pública da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde para discutir o modelo de implantação e estratégia de atendimento do Serviço Móvel de Urgência (Samu).

Subcomissão Debate sobre a conferência Rio+20

18h Audiência pública da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao



Ciro Nogueira: saúde em crise

Nogueira pede chegada de cartão do SUS ao PI

Preocupado com a saúde pública no estado do Piauí, **Ciro Nogueira (PP-PI)** lançou um apelo ao ministro **Alexandre Padilha** para dar uma resposta às "recorrentes crises no setor". Segundo o senador, a capital piauiense vive um "drama no setor de saúde pública assistencial". Ele pediu ao ministro agilidade na distribuição do cartão SUS Nacional em seu estado, que traria "grande benefício" para a prefeitura e o cidadão.



Davim: prêmios de loteria esquecidos

Davim sugere novos recursos para a saúde

Paulo Davim (PV-RN) defendeu projeto de lei que destina ao Fundo Nacional de Saúde os prêmios não reclamados e prescritos das loterias, que atingiram R\$ 169 milhões em 2010. Ele explicou que o objetivo da sua proposta é favorecer a ampliação do programa de Saúde da Família.

Davim lembrou que a destinação social das loterias já contempla alguns setores, e que também seria razoável repassar uma parcela à saúde.



Mozarildo: indígenas de Roraima

Mozarildo critica atendimento à saúde dos índios

A qualidade do atendimento à saúde dos índios em Roraima foi criticada por **Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**. Segundo o senador, a reclamação de que falta dinheiro para o setor é recorrente. Para Mozarildo, porém, o que falta é seriedade na aplicação dos recursos e estabelecimento correto de prioridades. O que vem ocorrendo no estado seria um exemplo da falta de qualidade na gestão dos recursos de saúde.

Plenário enviou à sanção presidencial projeto que cria o Sistema Único de Assistência Social. O modelo é de ação descentralizada, com gestão e financiamento compartilhados

Assistência social passa a ter sistema único, como a saúde

A INSTITUIÇÃO DO Sistema Único de Assistência Social (Suas), proposta pelo Poder Executivo, foi aprovada ontem pelo Senado e enviada à sanção presidencial.

De acordo com o projeto (PLC 189/10), o país passará a contar com prestação de assistência social descentralizada e gestão compartilhada entre governo federal, estados e municípios. Participarão ainda os respectivos conselhos de Assistência Social e as entidades e organizações sociais públicas e privadas. O objetivo é garantir proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

Aprovado na Câmara no fim

de 2010, o projeto altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e recebeu pareceres favoráveis de **Ana Rita (PT-ES)**, na Comissão de Direitos Humanos (CDH); **Lúcia Vânia (PSDB-GO)**, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS); e **Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para **Ana Rita**, o texto estabelece responsabilidades e ordena a atuação dos órgãos executores da política de atendimento às populações mais vulneráveis.

– Os municípios, os estados e a União passam a ter a responsabilidade de cofinanciar a política de assistência social. E, mais do que isso, por meio

deste projeto os conselhos de assistência social em todos os níveis passam também a ter a obrigatoriedade de serem mantidos pelo Poder Executivo, por intermédio das suas respectivas secretarias – afirmou.

A coordenação nacional do sistema será feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social, enquanto o financiamento das ações será repartido entre os três níveis de governo.

Quanto ao formato da assistência, o projeto se inspira no Sistema Único de Saúde (SUS), com atendimento e organização dos serviços em bases regionais (abrangência municipal, estadual ou regional).



Senadora Ana Rita, relatora na CDH, defende o projeto: responsabilidades e coordenação claras para o atendimento

Semana que vem CCJ vota fim de coligação

O parecer do senador **Valdir Raupp (PMDB-RO)** sobre a PEC 40/11, sugerida pela Comissão de Reforma Política, é favorável ao fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais. O relatório foi lido ontem na CCJ, cujo presidente, **Eunício Oliveira (PMDB-CE)**, concedeu vista coletiva e anunciou a votação na próxima semana.

São admitidas coligações apenas nas eleições majoritárias (para presidente, governador, prefeito e senador). O texto mantém determinação constitucional que assegura autonomia dos partidos para estruturação e organização interna, prevendo em seus estatutos normas de fidelidade e organização partidária. Também mantém a não obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal.

Raupp avalia que o fim das coligações fortalecerá os partidos políticos.

Regra para domicílio eleitoral de prefeito

Projeto que impede prefeitos e vice-prefeitos de transferirem seu domicílio eleitoral enquanto estiverem no exercício do mandato foi aprovado na CCJ, em decisão terminativa. A matéria (PLS 265/11) foi relatada por **José Pimentel (PT-CE)** e integra o conjunto de proposições da Comissão de Reforma Política do Senado.

Os autores explicam que a mudança de domicílio um ano antes das eleições – prazo exigido por lei para registro da candidatura – tem sido utilizada por prefeitos que cumprem seu segundo mandato e querem tentar um terceiro consecutivo, em outro município. Com a proposta, os senadores visam eliminar essa brecha e argumentam que, "se somente pode pleitear mandato eletivo quem tenha domicílio eleitoral na respectiva circunscrição, é evidente que o mesmo domicílio deve ser mantido enquanto durar o mandato".

Senadores acenam com acordo sobre a PEC das MPs

Senadores da base do governo e da oposição acenaram ontem com a possibilidade de um novo acordo para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, que altera o rito de tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional. Na quinta e última discussão em primeiro turno da proposta, em Plenário, o autor do substitutivo, senador **Aécio Neves (PSDB-MG)**, anunciou a intenção de alterar o texto aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de forma a atender as críticas da base do governo à proposta.

Com isso, os líderes governistas admitiram aprovar a matéria depois de um novo consenso na Comissão de Justiça, para onde a PEC foi encaminhada para apreciação das três novas emendas que recebeu em Plenário.

O substitutivo ao texto de iniciativa do senador **José Sarney (PMDB-AP)** foi aprovado por unanimidade na CCJ no início de maio. Apesar do acerto na comissão, a bancada do PT apontou, em Plenário, pontos que considera inaceitáveis no substitutivo. O principal deles é a criação de uma comissão mista permanente de 12 senadores e 12 deputados para analisar a admissibilidade das medidas provisórias, sem direito a recurso em caso de rejeição por esse colegiado.

Alternativa

Diante das críticas, **Aécio Neves** aceitou mudar o substitutivo, incluindo a possibilidade de recursos em Plenário à decisão da comissão mista, assinados por 10% dos parlamentares.

A mudança proposta por **Aécio Neves** seria uma alternativa à emenda apresentada pelo senador **Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)**, que conta com apoio da maioria da bancada governista na Casa. A emenda acaba com a comissão mista, passando a análise da admissibilidade das medidas provisórias às comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado simultaneamente.

A iniciativa da oposição de alterar a proposta em busca de uma costura que garanta a aprovação da PEC fez com que os governistas voltassem a falar em acordo.

– Quem sabe a gente chega a um entendimento e decide logo sobre este tema. Precisamos encontrar uma solução que dê segurança para o Executivo trabalhar, mas também tire o Senado do vexame que estamos vivendo – concordou o senador **Jorge Viana (PT-AC)**.

Cinco novos desembargadores para o Tribunal de Justiça do DF

O Plenário aprovou a criação de cinco cargos de desembargador para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

A proposta (PLC 29/11) havia sido aprovada horas antes pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto prevê ainda a criação de 50 cargos em comissão e funções de confiança para a estruturação dos gabinetes dos novos desembargadores. O tribunal conta atualmente com 35 desembargadores.

O autor, senador **Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)**, apresen-

tou a proposta, de iniciativa do TJDFT, porque apoia o aumento proposto, tendo em conta a crescente população do DF e o aumento das demandas àquela corte.

Na justificação da matéria, ele cita que o número de processos ajuizados em primeiro

grau cresceu 27% de 2003 a 2008, passando de 70% o aumento dos processos que chegaram ao tribunal.

De acordo com **Rollemberg**, o reforço no quadro de desembargadores visa desafogar o funcionamento da Justiça no DF.

CCJ recusa convite a Palocci para se explicar

Com 14 votos contrários e seis favoráveis, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou requerimentos dos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Alvaro Dias (PSDB-PR) convidando o ex-ministro Antonio Palocci para explicar a evolução de seu patrimônio pessoal, que em 2010 era 20 vezes maior do que em 2006.

Os senadores haviam apresentado anteriormente requerimentos de convocação ao então ministro, mas mudaram para requerimentos de convite, uma vez que Palocci, ao deixar a Casa Civil, não é mais servidor público, não podendo então ser convocado por comissão do Senado.

Antes da votação dos requerimentos, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), fez um apelo aos autores para que retirassem a proposta, argumentando que o pedido de demissão de Palocci, na terça-feira, tornaria o convite "inócuo".

Para o presidente do Senado, crise é página virada

Com a saída de Antonio Palocci da Casa Civil, o Congresso poderá se dedicar, de forma mais aprofundada, a problemas do Legislativo, como o rito de tramitação das medidas provisórias (MPs) e a reforma política. A avaliação é do presidente do Senado, José Sarney, para quem a crise iniciada após denúncias de elevação exagerada do patrimônio de Palocci, entre 2006 e 2010, é uma "página virada".

– Superada a crise, vamos nos dedicar mais aprofundadamente a resolver primeiro dentro do Congresso os nossos problemas. Pauta não falta – afirmou Sarney. Para o presidente do Senado, com a queda de Palocci, perde força a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito no Congresso para investigar denúncias contra o ex-ministro.

Rejeitado convite para depoimento sobre caseiro

A CCJ rejeitou ontem requerimento do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) convidando o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Fontes Hereda, a esclarecer nova versão sobre a quebra de sigilo do caseiro Franceniildo Costa, episódio ocorrido quando Antonio Palocci era ministro da Fazenda.

Segundo a *Folha de S. Paulo*, a Caixa teria reconhecido que o pedido de quebra de sigilo de Franceniildo, em 2006, teria partido do gabinete do então ministro.

Solenidade no Palácio do Planalto é acompanhada por José Sarney e vários ministros e parlamentares. Antes, Gleisi despediu-se do Senado, em discurso bastante aparteado

Gleisi destaca na posse apreço da presidente pelo Congresso

AO TOMAR POSSE na tarde de ontem como ministra da Casa Civil, em solenidade realizada no Palácio do Planalto, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que a sua escolha para o cargo mostra o apreço que Dilma Rousseff tem pelo Parlamento, "força essencial da democracia". A cerimônia foi acompanhada pelo presidente do Senado, José Sarney, pelo líder do governo na Casa, Romero Jucá (PMDB-RR), e por vários senadores, deputados e ministros. O ex-ministro Antonio Palocci destacou, ao transmitir o cargo, a biografia de Gleisi, a quem desejou boa sorte.

No discurso de posse, a nova ministra afirmou que assume o cargo com humildade e senso de responsabilidade. Ela agradeceu

à Dilma Rousseff pela confiança em seu trabalho e disse que é um privilégio poder trabalhar com a primeira mulher a chegar à Presidência da República.

Gleisi Hoffmann também elogiou Palocci pela capacidade de "construir o consenso" e homenageou os seus pais, os filhos e o marido, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Reiterou que vai realizar um trabalho de gestão e conta com o apoio de todos os ministros.

Em breve pronunciamento, Dilma Rousseff deu as boas-vindas à ministra, a quem chamou de amiga, e mencionou a "sólida formação técnica" e a visão social de Gleisi Hoffmann.

– Nossas metas são ousadas. Tenho certeza de que seu trabalho será bem-sucedido.

Antes da posse, Gleisi agradeceu, em discurso no Plenário, a acolhida que teve no Senado e ressaltou o quanto aprendeu e amadureceu nos cinco meses de seu primeiro mandato como senadora.

– Peço apoio e companheirismo do Congresso para desenvolver essa nova tarefa. E peço a Deus sabedoria para exercê-la.

Ao final do discurso, Gleisi foi muito aplaudida. José Sarney, que suspendeu a sessão para os cumprimentos à senadora, lembrou a unanimidade das menções ao desempenho de Gleisi Hoffmann.

Na opinião dele, a senadora levará ao Palácio do Planalto um testemunho da importância do Senado para o Brasil e para o povo.



Gleisi Hoffmann discursa na cerimônia de posse como ministra da Casa Civil, observada por Temer, Dilma, Sarney e Palocci

Elogios e votos de sucesso vêm em dezenas de apartes

Dezenas de senadores da oposição e da base governista elogiaram a atuação parlamentar de Gleisi Hoffmann e apresentaram votos de sucesso no novo cargo. O líder do PT, senador Humberto Costa (PT-PE), apostou: "Ela vai dar um show de bola".

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que Gleisi levará para o Planalto o conhecimento de que, tão importante quanto a maioria, é o papel da oposição, que é firme, mas leal ao Brasil, que juntos construirão. Demóstenes Torres (DEM-GO) admitiu ter chamado Gleisi na imprensa de "esquentadinha" e também de

tê-la comparado à ex-senadora e atual ministra da Pesca, Ideli Salvatti, a quem disse admirar por ser pessoa "firme e forte" e um dos quadros mais preparados do Partido dos Trabalhadores.

– Seu êxito será o êxito do Brasil – afirmou.

Cyro Miranda (PSDB-GO) enalteceu sua "elegância e ternura" nos debates e manifestou a certeza que o Senado "terá uma voz na Casa Civil".

O presidente José Sarney, ressaltou a unanimidade dos apartes e a expectativa, "quase certeza", da grande ajuda que poderá dar ao governo, elogiando o desempenho da senadora.

Governo Dilma agora tem quatro senadores no ministério

Gleisi Hoffmann se tornou o quarto membro do Senado no governo de Dilma Rousseff. Além dela, reeleitos em outubro de 2010, Edison Lobão (PMDB-MA) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) assumiram respectivamente os ministérios de Minas e Energia e da Previdência Social em 1º de janeiro deste ano.

Em 1º de fevereiro, os dois tomaram posse no Senado, para o período 2011-2019, e imediatamente se licenciaram

para retornar aos ministérios. Também em 1º de janeiro, assumiu o ministério dos Transportes o senador Alfredo Nascimento (PR-AM), que estava na metade do seu mandato (2007-2015).

Na posse da presidente Dilma, o número de senadores no governo era maior. Aloizio Mercadante (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC), derrotados em 2010, tinham ainda um mês de mandato quando foram empossados com os demais ministros.

Suplente assume mandato na próxima semana

Já chegou a Brasília o advogado Sergio de Souza, primeiro suplente de Gleisi Hoffmann. Com a posse, o PMDB amplia sua bancada para 20 senadores, a mesma da legislatura passada.

De acordo com o Regimento Interno do Senado, a partir do afastamento da titular do cargo, o suplente tem 60 dias para ocupar a vaga de senador. Ao desembarcar em Brasília, o futuro parlamentar informou que deve assumir na próxima semana.

Sergio de Souza disse que manterá no Senado uma posição alinhada com as que vinham sendo defendidas por Gleisi.

– Estarei alinhado com as posições dela em favor do estado do Paraná, em defesa da agricultura familiar, mas também da agroindústria, dos pequenos municípios, principalmente os da área industrial – declarou.

Sobre o Código Florestal, Sergio de Souza opinou que a proposta precisa ser analisada com calma, para que se chegue a um texto que seja bom para todos.

Para Alvaro Dias, "virar a página" é crer na impunidade

Alvaro Dias (PSDB-PR) considera que a demissão de Antonio Palocci não encerra a necessidade de investigar as



Alvaro Dias (PSDB-PR) considera que a demissão de Antonio Palocci não encerra a necessidade de investigar as

suspeitas de enriquecimento ilícito do ex-ministro da Casa Civil. – Essa página não pode ser virada sem que se busque a verdade. Quando o ministro Palocci pede demissão e as pessoas imaginam que podemos virar a página, acreditam na impunidade de forma absoluta – disse o senador.

Cristovam vê no caso uma vitória da democracia

O desfecho do caso Palocci engrandece a democracia brasileira, opinou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele fez



Cristovam

um apelo para que o governo respeite a oposição e, "no espírito da democracia", procure pontos de convergência. Ele citou cinco deles: estabilidade monetária, consolidação da democracia, luta pela erradicação da miséria, revolução na educação e combate ao risco de desindustrialização.

Jayme Campos: escolhida pode reabilitar o cargo

Jayme Campos (DEM-MT) disse que a nomeação de Gleisi Hoffmann pode representar uma reabilitação daquele ministé-



Jayme Campos

rio, desgastado pelo que chamou de "grave crise ética" provocada por uma sucessão de escândalos desde que José Dirceu ocupou o cargo no início do governo Lula. Ele pediu que Gleisi cultive um diálogo mais aberto e transparente e que dê maior atenção à minoria no Congresso Nacional.

Suplicy lamenta saída e exalta feitos de Palocci

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a saída de Antonio Palocci do ministério é "motivo de sofrimento" para a banca-



Suplicy

da do PT e exaltou o talento demonstrado por ele na vida pública, lembrando os efeitos positivos de sua gestão como prefeito de Ribeirão Preto (SP) e nos governos Lula e Dilma.

– Tenho a convicção de que ele continuará a dar extraordinárias contribuições à vida pública brasileira – avaliou.



Demi Getschko, do Comitê Gestor da Internet (3º à esq.): combate a delitos na rede deve atingir apenas os responsáveis finais

Combate a crimes na internet gera polêmica

O princípio da inimizabilidade na internet provocou polêmica ontem, em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Em elaboração pelo Ministério da Justiça, o projeto de marco civil para a rede mundial de computadores no país deverá ser enviado ao Congresso Nacional nos próximos dias, segundo informou o secretário de Assuntos Legislativos, Marivaldo de Castro Pereira.

Um exemplo da aplicação desse princípio é a ação judicial em que uma apresentadora de TV tentou impedir que o Youtube veiculasse vídeo de suas cenas de sexo com o namorado em uma praia espanhola, em agosto de 2006. Ela ainda propôs ação de indenização contra o site, negada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

A tese de que o combate a crimes e delitos na internet deve atingir apenas os responsáveis finais, com a preservação dos meios de acesso e de disseminação, foi defendida pelo diretor

do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, do Comitê Gestor da Internet (CGI), Demi Getschko; pelo presidente da Associação da Rede Global Info de Provedores, Magdiel Santos; e pela representante da Associação Nacional de Jornais, Carol Conway.

O senador Pedro Taques (PDT-MT) comparou a situação com a do sistema financeiro, que, conforme afirmou, sempre fugiu à responsabilidade pelos crimes de lavagem de dinheiro. Mas hoje, de acordo com o parlamentar, é possível responsabilizar também o banco pelos atos ilícitos de seus clientes. Ele defendeu o mesmo entendimento para a internet.

Demi Getschko disse que não se deve destruir uma estrada pela qual transitam contrabandistas, assim como não se pode responsabilizar a companhia telefônica porque alguém usou o telefone para passar um trote ou tramar algum crime.

O presidente da CCT, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que, de fato, não se

deve destruir a estrada por onde transitam contrabandistas, mas é preciso colocar a polícia lá para reprimir o crime. Sem leis, segundo ele, isso não seria possível – razão pela qual considerou fundamental estabelecer regras que coloquem a internet a serviço de um mundo mais justo e de um futuro melhor.

O senador Anibal Diniz (PT-AC) elogiou os dez princípios que devem reger a internet, estabelecidos pelo CGI, e disse que devem ser criados mecanismos para identificar o criminoso final, preservando a estrutura tecnológica que, segundo ele, pode ser usada para o bem ou para o mal.

Posição tímida

Walter Pinheiro (PT-BA) pediu mais empenho do Brasil nas discussões sobre o comércio eletrônico, afirmando que todas as regras sobre o assunto foram definidas pelos Estados Unidos. Um dos autores do requerimento para a audiência, Pinheiro disse que o Brasil tem posição tímida nesse assunto.

Princípios para a governança e o uso da internet



Liberdade, privacidade e direitos humanos O uso da internet deve guiar-se pelos princípios de liberdade de expressão, de privacidade do indivíduo e de respeito aos direitos humanos, reconhecendo-os como fundamentais para a preservação de uma sociedade justa e democrática.



Governança democrática e colaborativa A governança da internet deve ser exercida de forma transparente, multilateral e democrática, com a participação dos vários setores da sociedade, preservando e estimulando o seu caráter de criação coletiva.



Universalidade O acesso à internet deve ser universal para que ela seja um meio para o desenvolvimento social e humano, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva e não discriminatória em benefício de todos.



Diversidade A diversidade cultural deve ser respeitada e preservada e sua expressão deve ser estimulada, sem a imposição de crenças, costumes ou valores.



Inovação A governança da internet deve promover a contínua evolução e ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso.



Neutralidade da rede Filtragem ou privilégios de tráfego devem respeitar apenas critérios técnicos e éticos, não sendo admissíveis motivos políticos, comerciais, religiosos, culturais ou qualquer outra forma de discriminação ou favorecimento.



Inimizabilidade da rede O combate a ilícitos na rede deve atingir os responsáveis finais e não os meios de acesso e transporte, sempre preservando os princípios maiores de defesa da liberdade, da privacidade e do respeito aos direitos humanos.



Funcionalidade, segurança e estabilidade A estabilidade, a segurança e a funcionalidade globais da rede devem ser preservadas de forma ativa por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e estímulo ao uso das boas práticas.



Padronização e interoperabilidade A internet deve basear-se em padrões abertos que permitam a interoperabilidade e a participação de todos em seu desenvolvimento.



Ambiente legal e regulatório O ambiente legal e regulatório deve preservar a dinâmica da internet como espaço de colaboração.

Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR)

Em três anos, todos estarão nas redes sociais

Em 2014, praticamente 100% dos usuários da internet no Brasil integrarão alguma rede social. A previsão foi feita pelo diretor do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, do Comitê Gestor da Internet

(CGI), Demi Getschko, ontem, na CCT.

De acordo com ele, hoje 67% dos brasileiros participam de pelo menos uma rede social. Ainda segundo o diretor do Ponto BR, as regiões Sudeste, Sul

e Centro-Oeste têm os maiores percentuais de internautas. Mas Nordeste e Norte são as regiões que apresentam maiores percentuais de participantes de redes sociais, de 79% e 70% respectivamente.

Volta do fuso horário original do Acre segue para análise da Câmara

O relator, Luiz Henrique, incorporou sugestões para que Pará e Amazonas também sofram mudanças de horário. Os outros estados permaneceriam como hoje

PROJETO QUE RESTABELECE o antigo fuso horário do Acre foi aprovado, em turno suplementar e em decisão terminativa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto – um substitutivo do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) a projeto de Pedro Taques (PDT-MT) – já havia sido acolhido, na semana passada, nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Relações Exteriores (CRE) e na própria CCJ, em primeiro turno de votação.

Se o projeto (PLS 91/11) for aprovado na Câmara e, em seguida, transformado em lei, o Acre passará a ter duas horas a menos em relação a Brasília, e não uma hora de defasagem,

como ocorre hoje – decisão que atenderá a desejo da maioria da população acreana, manifestado em plebiscito realizado durante as eleições de 2010.

O relator incorporou emendas dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para resgatar o fuso horário que vigorou de 1913 a 2008 no Pará e no extremo oeste do Amazonas.

O Pará terá, portanto, segundo o substitutivo, dois fusos horários: o mesmo de Brasília e uma hora a menos que a capital brasileira. O Amazonas terá três fusos: além dos mesmos que o Pará, parte do estado terá duas horas a menos que Brasília, como o Acre.



Sérgio Petecão e Pedro Simon (D) em reunião da CCJ que aprovou, em decisão terminativa, substitutivo a projeto sobre fuso horário no Acre

Petecão agradece respeito à vontade dos acrianos

O senador Sérgio Petecão (PMN-AC) agradeceu ao presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), o empenho em garantir que o Senado preserve a vontade do povo do Acre e restabeleça o fuso horário de duas horas a menos em relação a Brasília.

O PLS 91/11, aprovado em decisão terminativa na CCJ, deverá agora ser encaminhado à Câmara, onde Petecão acredita que os deputados também devolverão ao Acre seu fuso horário tradicional “no mais breve espaço de tempo”.

O senador também relatou

que esteve na semana passada em Cuiabá, onde participou de um fórum de debates na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em conjunto com o Parlamento Amazônico.

Uma das reivindicações que ouviu dos deputados estaduais foi a de participar da discussão do Código Florestal brasileiro.

– O deputado Aldo Rebelo percorreu todo o país, dando oportunidade a que todos os setores sociais pudessem participar. Esse é um debate em que estaremos vigilantes e queremos ter participação direta – afirmou.

CCJ aprova doação de avião antigo da FAB ao Equador

A CCJ aprovou ontem, em decisão terminativa, proposta do Executivo de doar ao Equador um avião não mais utilizado pela Aeronáutica. O projeto agora vai à sanção presidencial.

A aeronave a ser doada é do

tipo C-115 Búfalo. O relator, senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), apresentou voto favorável ao texto. Antes da CCJ, a matéria (PLC 179/10) recebeu a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Alunos podem ter merenda escolar mesmo sem aulas

Alunos da educação básica da rede pública poderão passar a receber merenda escolar nos dias úteis fora do período letivo. É o que prevê proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que será agora analisada pela CE em decisão terminativa. Pelo projeto de lei (PLS 569/09) do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), o benefício será concedido somente aos pais ou responsáveis que manifestarem interesse. Para o relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), a medida beneficia "expressivo contingente" de famílias mais pobres e que lutam, com grande esforço, para satisfazer suas necessidades nutricionais diárias".



Para senador, brasilianista aponta caminho do país como potência

Geroldo Magalhães/Senado Federal

Luiz Henrique recomenda livro de Fishlow

As observações feitas pelo cientista político estadunidense Albert Fishlow para que o país possa consolidar sua posição de potência econômica nos próximos anos foram destacadas por Luiz Henrique (PMDB-SC). Segundo o senador, Fishlow – pesquisador e professor das universidades de Berkeley, Yale e Colúmbia – apresenta no seu livro *O novo Brasil* uma visão integrada dos últimos 25 anos no país.

O Brasil, entre investimentos públicos e privados, compromete apenas 17% do produto interno bruto (PIB) e precisa investir 25% para consolidar as conquistas obtidas em vários setores da economia. Na avaliação de Fishlow, disse o senador, as necessidades de capital para infraestrutura são críticas e, para manter índice de crescimento de 5%, o país precisa dobrar seu nível atual de 2% anuais do PIB em investimentos no setor.

Em debate na Comissão de Educação, presidente de instituto federal diz que 45% dos jovens entre 15 e 17 anos não chegam a concluir o ensino fundamental

Repetência e evasão minam o ensino médio, alerta Inep

DOS 15 AOS 17 anos, os jovens estão em idade de cursar o ensino médio, mas essa expectativa não vem sendo integralmente cumprida no país, disse ontem a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Malvina Tuttman, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Dos 10,2 milhões de jovens nessa faixa etária, assinalou, 45% não chegaram a terminar o ensino fundamental, seja por atraso decorrente de reprovação ou, no caso de 15%, porque já desistiram da escola.

– Precisamos voltar e olhar o que está acontecendo no ensino fundamental, para entender porque os alunos estão repetindo e repetindo ou se evadindo – observou.

Malvina foi uma das convidadas de audiência destinada a examinar os problemas do

ensino médio, na sequência de discussões que a comissão trava sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2021. O projeto do governo ainda tramita na Câmara, mas a comissão optou por antecipar as discussões.

De acordo com a presidente do Inep, órgão vinculado ao Ministério da Educação, a universalização do ensino fundamental foi um inegável avanço. Agora, o novo desafio – ao lado do esforço para estender o ensino médio a todos – é garantir qualidade, inclusive para que a escola seja mais atrativa e possa evitar a repetência e a evasão.

– Essa é uma responsabilidade de todos. Precisamos desmitificar o argumento de que o problema é do professor, que não resolve; ou do aluno, que não tem condições [de aprender]; do governo, que não investe; ou da família, que não liga – disse.

O representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Maurício Holanda Maia, salientou que o ensino médio sempre funcionou como simples passagem para a universidade ou mercado de trabalho, no caso dos mais pobres. Para ele, esse ciclo necessita de "identidade" e isso deve partir de um reconhecimento: o ensino médio é lugar de "convivência de jovens", seres em fase de afirmação e em busca de reconhecimento social.

– Se olharmos seus anseios, talvez possamos encontrar oportunidades para soluções mais significativas – comentou.

Maurício Maia, que também é secretário-adjunto de Educação do Ceará, sugeriu a ampliação das políticas de transferência de renda para os jovens carentes. Assim, eles teriam como acessar bens e serviços de baixo valor, como frequentar cinemas.



Senadora Marisa Serrano (C), com a presidente do Inep, Malvina Tuttman (2ª à dir.): comissão analisa novo Plano Nacional de Educação, antes mesmo de sua chegada ao Senado

Waldemir Buarque/Senado Federal

"Ensino deve incorporar ferramentas tecnológicas"

A importância das novas tecnologias entre os jovens "que já cresceram conectados à internet", os chamados "nativos digitais", foi destacada pela professora de Tecnologia da Informação da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) Marta de Campos Maia.

Ela observou que o tráfego em redes sociais aumentou 51% em 2010 e que o Brasil já pode ser considerado líder em mídias sociais. Com o Plano Nacional de

Banda Larga, ressaltou, 80% da população do país terá acesso à internet. Por isso, argumentou, o ensino deve incorporar ferramentas tecnológicas que possam trazer benefícios aos professores e aos alunos.

– São recursos que podem tornar a aprendizagem mais eficaz, agradável e colaborativa – disse Marta Maia.

Na avaliação do pesquisador Celso João Ferretti, da Universidade Estadual de Campinas (Uni-

camp), o novo Plano Nacional de Educação incorpora ações e metas de forma "precária ou até mesmo indevida". Ele apontou como insuficientes, por exemplo, as metas de atendimento para as populações do campo, indígenas e quilombolas.

A audiência foi coordenada pela vice-presidente da CE, Marisa Serrano (PSDB-MS), e teve participação de Ana Amélia (PP-RS), Lídice da Mata (PSB-BA) e Cyro Miranda (PSDB-GO).

Plenário aprova pena menor para preso que estuda

O Plenário aprovou ontem as emendas da Câmara dos Deputados ao projeto (PLS 265/06) que permite aos condenados à prisão o desconto de um dia da pena para cada 12 horas de frequência escolar. A iniciativa do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) vai à sanção presidencial.

O relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), citou, entre as emendas da Câmara, a que possibilita um preso que sofreu algum acidente continuar se beneficiando com a remissão da pena.

Cristovam agradeceu aos deputados por terem incluído emenda para proibir o benefício para condenados por crimes hediondos.

Ele também elogiou o senador Pedro Taques (PDT-MT) por ter dito, na discussão da matéria, que o projeto liberta duplamente, ao reduzir a pena e ao dar uma educação que vai dar um trabalho ao ex-detento.

Para Cristovam, o sistema carcerário deveria ser gerenciado pelo Ministério da Educação, não pelo da Justiça.

O projeto foi enviado à Câmara em setembro de 2010, após aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele admite, para a concessão do benefício, as horas frequentadas no ensino fundamental, médio (inclusive profissionalizante), superior ou de requalificação. O preso poderá estudar a distância e terá o benefício ampliado em um terço caso obtenha o certificado de conclusão de curso.

Acatados 113 cargos e funções para órgãos da Educação

A CCJ aprovou, em decisão terminativa, a criação de 71 funções comissionadas para servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinadas a atividades de direção, chefia e assessoramento na administração.

Também foi aprovada a criação de 42 cargos em comissão, dos quais 29 serão alocados no Ministério da Educação, sete no FNDE e seis na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). De acordo com o projeto (PLC 9/11), relatado por Roberto Requião (PMDB-PR), a estimativa de impacto orçamentário é de R\$ 4,9 milhões por exercício.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Cyro Miranda • Marta Suplicy • Wilson Santiago

*Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Couto: "Cansei de chamá-lo de corrupto, agora é ladrão"

Couto ironiza representação de Pagot

O senador Mário Couto (PSDB-PA) ironizou ontem a atitude do diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antonio Pagot, de fazer denúncia contra ele ao Conselho de Ética. Pagot afirmou que o senador atingiu sua honra de cidadão honesto ao acusá-lo de "ladrão".

Mário Couto, em discursos, afirmou que Pagot era corrupto e ladrão, e citou matérias da imprensa apontando irregularidades em 32 obras do Dnit.

– Pagot, cansei de te chamar de corrupto, troquei a palavra para ladrão, e posso te chamar de ladrão burro porque tu expões a tua riqueza e tentas cassar um senador da República quando não conhece as leis. Mas tudo é a tática da intimidação – afirmou Mário Couto.

O senador, que lembrou ter imunidade em seu discurso, disse que não se calará e continuará a defender "o patrimônio público de malfeitores". Anunciou também a intenção de apresentar requerimento para que Pagot informe seu patrimônio ao Senado.

Subsecretário da Casa Civil do Rio de Janeiro assegura que a reforma da arena, que será sede da final da Copa do Mundo de 2014, ficará pronta até dezembro do próximo ano. Marquise será substituída por cobertura de lona tensionada

Maracanã será o estádio mais moderno do mundo, diz representante fluminense

A REFORMA DO estádio do Maracanã, que vai sediar a final da Copa do Mundo de 2014, será concluída até dezembro do próximo ano. Foi o que garantiu ontem o subsecretário-adjunto da Casa Civil do estado do Rio de Janeiro, César Mastrângelo, durante audiência pública realizada pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Segundo o subsecretário, o Maracanã será o estádio mais moderno do mundo.

– Nós encaramos a Copa do Mundo como uma grande oportunidade, para o estado do Rio de Janeiro, de grandes projetos estarem em ação. A determinação do governador Sérgio Cabral é colocar o Maracanã como o estádio mais moderno do mundo, e nós vamos fazer isso – afirmou.

O presidente da Empresa de

Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (Emop), Ícaro Moreno Júnior, considera o prazo apertado, mas afirmou que o cronograma está sendo cumprido.

– Está tudo dentro da previsão inicial. Tivemos uma surpresa com a questão da marquise, porém estamos nos superando. De qualquer forma, é muito apertado entregarmos em dezembro de 2012, mas nosso planejamento está todo nessa linha – explicou.

Marquise

O contratempo a que se referiu o presidente da Emop é a necessidade de demolição da cobertura de concreto do estádio, que é tombado como patrimônio histórico nacional. Segundo estudos encomendados a especialistas de diferentes universidades brasileiras, a cobertura apresenta deterioração avançada, que ten-

deria a piorar com o tempo e a comprometer a segurança dos torcedores.

– Diante desse fato, penso que não tem engenheiro no Brasil e no mundo que vá referendar aquela cobertura, então vamos demolir – afirmou Ícaro.

A nova cobertura será de lona tensionada, tecnologia mais moderna. A área coberta será duas vezes maior que a atual, com aumento no custo de 25%. A lona é translúcida e autolimpante, impede a propagação do fogo e captará a água da chuva. Cerca de 95% dos 78 mil lugares do estádio serão cobertos pela nova estrutura.

Por causa do aumento na área coberta, que diminui a insolação, a drenagem terá de ser mais profunda. O tipo de grama que será usado no estádio ainda não foi definido.



Senador Blairo Maggi, entre César Mastrângelo (E) e Ícaro Moreno, preside reunião da Subcomissão Permanente da Copa de 2014

Andamento das obras tem ritmo acelerado

A obra no Maracanã segue em ritmo acelerado, declarou o presidente da Emop, Ícaro Moreno. Já estão prontas as fundações das quatro novas rampas de acesso, que permitirão a evacuação dos espectadores em até oito minutos, como determina a Fifa. A visibilidade também será melhorada e não haverá mais pontos cegos.

– Todo o público olhará e terá uma visibilidade completa do pé do jogador na linha divisória – informou.

O Maracanã também ganhará iluminação especial para valorizar suas formas. As luzes de led têm vida útil de 50 mil horas. De uma só sala, serão controlados iluminação, elevadores, escadas rolantes e sistemas de ar condicionado e de ventilação. A demolição de parte das arquibancadas já foi feita e a reconstrução dos banheiros está avançada. Enquanto o governo estadual ficou responsável pelas obras do estádio, a prefeitura trabalhará no entorno e na mobilidade, com intervenções em 89 estações do metrô.

SUBCOMISSÃO JÁ OUVIU TODOS OS ESTADOS

Ligada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a subcomissão realizou neste ano diversas audiências públicas para coletar informações sobre a preparação das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, em especial condições de infraestrutura e andamento das obras. De acordo com o presidente da subcomissão, Blairo Maggi (PR-MT), só faltava ouvir representante do Rio de Janeiro.

CDH vai propor 24 emendas à LDO 2012

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) decidiu ontem propor 24 emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012 (PLN 2/11). As emendas acolhidas pela relatora, senadora Ana Rita (PT-ES), priorizam ações que visam à erradicação do trabalho escravo e infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Outros assuntos tratados são o contingenciamento de recursos destinados a ações de combate à violência contra a mulher e contra os índios e a programas que incentivam a igualdade racial.

CAS sugere 25 mudanças na lei de diretrizes

O desenvolvimento de ações relativas à aquisição e distribuição de alimentos destinados ao combate à fome, bem como programas destinados à superação da extrema pobreza estão entre os temas das 25 emendas que serão sugeridas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ao projeto da LDO 2012. Das 26 propostas discutidas ontem, só uma foi rejeitada. As demais tratam, entre outros temas, do desenvolvimento de ações voltadas ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens, à erradicação do trabalho infantil e ao reajuste dos aposentados.

CCT protege verbas para submarinos

Dezenove das 22 emendas à LDO 2012 propostas pelos membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) foram aprovadas ontem. A CCT propõe, por exemplo, que não possam ser contingenciados os gastos com o Programa de Desenvolvimento de Submarinos, a construção de navios de patrulha e do submarino nuclear em desenvolvimento pela Marinha. Também há propostas que visam beneficiar o Ministério da Ciência e Tecnologia e as universidades públicas estaduais, entre outras instituições.

Prioridade da CCJ é combate à violência

Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiram ontem propor oito emendas ao projeto da LDO 2012, três das quais visam reforçar ações de combate à violência.

Emendas preveem que recursos do Programa de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra a Mulher não estejam sujeitos a contingenciamentos; que seja incluído dispositivo para permitir a realização de obra para reforçar a segurança de magistrados e servidores da Justiça sob ameaça; e pede prioridade para regiões de fronteira e para combate às drogas.

CRA enfatiza agronegócio sustentável

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem a apresentação de 12 emendas à LDO 2012, que será votada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) até o final do semestre. As emendas foram relatadas em bloco pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

As emendas beneficiam, entre outras ações, o desenvolvimento científico e tecnológico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); o desenvolvimento sustentável do agronegócio; e a sanidade agropecuária.

CDR: emendas incluem ações nas fronteiras

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem 13 emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, seguindo o parecer do relator, senador Wellington Dias (PT-PI).

Várias emendas incluem temas e áreas na lista de despesas que não terão limitação de empenho, ou seja, ações que não poderão sofrer contingenciamento. Assim, a CDR propõe que sejam ressaltados de limitações projetos do Programa Nacional de Infraestrutura Turística, despesas com prevenção e de preparação da população para desastres naturais e programas na faixa de fronteira.

CAS aprova projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo a divisão do intervalo para almoço e repouso, se houver acordo coletivo para isso

Descanso fracionado para motoristas e cobradores

O HORÁRIO DE descanso e de alimentação dos motoristas e cobradores do transporte coletivo urbano de passageiros poderá ser fracionado, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho. É o que estabelece proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa – segue direto para a Câmara dos Deputados caso não haja recurso para ser votada em Plenário.

O projeto (PLS 43/11) inclui o benefício do fracionamento na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A medida abrange também os demais empregados em empresas de transporte público coletivo de característica urbana e metropolitana.

O artigo 71 da CLT já dispõe que, em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo,

uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder a duas horas. Prevê ainda que, não excedendo seis horas de trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 minutos quando a duração ultrapassar quatro horas.

O intervalo poderá ser fracionado quando compreendido entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem.

Segundo o autor da iniciativa, senador Clésio Andrade (PR-MG), o transporte rodoviário urbano não acompanhou as mudanças de hábitos dos profissionais ocorridas nos últimos tempos, tais como a forte concentração e deslocamento nos horários de pico – das 6h às 9h e das 17h às 20h. Como lembra,

os congestionamentos e as condições imprevisíveis de tráfego, principalmente nos grandes centros urbanos, acabam “impossibilitando o cumprimento da lei.

Para o relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), favorável à aprovação, “a jornada de trabalho de motoristas e cobradores não pode observar parâmetros muito rígidos de intervalo, pois o fluxo de trânsito não é homogêneo e linear”. Além disso, argumenta, “as condições das vias urbanas são irregulares e os problemas mecânicos podem retardar ou interromper a viagem”.

Pesca artesanal

A CAS também aprovou a realização de audiência para discutir a extensão de seguro-desemprego concedido ao pescador artesanal durante o período em que a pesca é proibida (defeso) a outros trabalhadores.



Volney Zanardi, do Ministério do Meio Ambiente: falta regulamentação

Brasil precisa de novo marco legal para “economia verde”

O Brasil poderá ser o único país do mundo a se tornar, ao mesmo tempo, potência agrícola, ambiental e energética, previu o diretor-executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Mauricio Lopes. Em audiência pública sobre o tema “Economia verde: serviços ambientais”, ele ressaltou a necessidade de o país adotar um marco legal para construir uma “economia do conhecimento natural”.

– Temos tudo na mão, uma base de recursos naturais fantástica, e precisamos construir no Brasil uma inteligência estratégica a respeito do tema – afirmou Lopes na audiência promovida pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) e pela Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência Rio+20, a ser realizada em 2012 pela ONU.

O diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente, Volney Zanardi, citou como exemplos de necessidade de um marco legal a regulamentação dos serviços ambientais, prevista em projeto que tramita na Câmara, e o acesso a recursos genéticos, ainda hoje regulamentado por medida provisória de 2000.

A diretora-executiva da ONG Fase Nacional, Leticia Tura, observou que o Brasil já é “bastante rico em experiências e práticas inovadoras de agricultura e agroextrativismo, que precisam ser mais bem conhecidas”.

Por sua vez, o coordenador de transferência de tecnologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Lorena, lembrou que a preservação das florestas tem um custo. “Se o beneficiário dessa preservação é o mundo, está na hora de dizer que vamos manter a floresta em pé, mas precisamos que o mundo participe disso”, defendeu.

Ao ressaltar a necessidade de um novo marco legal de acesso aos recursos genéticos, o gerente de Relações Governamentais da empresa Natura, Daniel Serra, observou que existe aproximadamente 1,8 milhão de espécies naturais no país, mas que apenas 25 autorizações de acesso a essas espécies têm sido liberadas a cada ano.

– A nossa biodiversidade é como mais um pré-sal – disse.

Já Carlos Roberto Bueno, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), defendeu a regulamentação dos serviços ambientais, definindo o que será pago e por quem.



Jayme Campos (D) preside a reunião de ontem da CAS: comissão aprovou dois projetos voltados para o setor de transporte

Empresas de transporte podem recolher INSS sobre faturamento

Assim como já acontece na agroindústria, o setor de transporte público urbano e metropolitano de passageiros também poderá passar a recolher contribuição social e previdenciária sobre o faturamento. A proposta foi aprovada ontem na CAS, em decisão terminativa, e segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

A Lei 8.212/91, que dispõe sobre a Seguridade Social, estabelece tributação de 20% sobre a folha de pagamentos das empresas de transporte. O projeto aprovado (PLS 39/11), do senador Clésio Andrade (PR-MG), propõe a incidência da contribuição em 2,6% sobre o faturamento.

Segundo o autor, a nova metodologia de cálculo “vai permitir que o setor promova redução média de 5% nas tarifas cobradas por seus serviços em todo o país”, gerando mais receitas e, conseqüentemente, mais emprego no setor.

Para o relator, senador Gim Argello (PTB-DF), a intenção é baratear as tarifas do transporte público por meio da desoneração da folha de pagamentos do setor. Gim também acredita que

a incidência dessa contribuição sobre o faturamento da empresa poderá minimizar efeitos de crises econômicas.

A matéria ainda fixa em 0,1% a contribuição para financiamento de aposentadoria especial e de benefícios.

Fim de multa

A CAS decidiu ontem realizar um debate público sobre proposta que isenta do pagamento de multa o trabalhador rural – e, em especial, o agricultor familiar – que efetuar a contagem do tempo de serviço do período anterior à exigência de adesão à Previdência Social.

O Projeto de Lei (PLS 302/06), do senador Paulo Paim (PT-RS), estava ontem na pauta de votações da CAS, mas foi retirado até a realização da audiência, solicitada pelo senador Wellington Dias (PT-PI), que deseja mais discussões sobre o assunto.

Paim disse que o projeto evita “que os trabalhadores sejam prejudicados mais uma vez”. Segundo ele, a proposta busca sanar uma injustiça decorrente da incorporação dos agricultores familiares à Previdência Social.

Requerimento para pensão em até 90 dias

A CAS confirmou ontem, em turno suplementar de votação, a ampliação de 30 para 90 dias do prazo que a família do morto dispõe para requerer ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o pagamento da pensão, tendo direito ao pagamento desde a data da morte.

O PLS 466/03, do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado com emendas feitas pelo relator, Roberto Requião (PMDB-PR). Como o projeto recebeu decisão terminativa, agora poderá seguir diretamente para exame na Câmara dos Deputados.

Desde 1997, um dispositivo inserido nessa lei determinou que o pagamento fosse retroativo ao óbito do segurado apenas para benefício requerido até 30 dias depois da ocorrência. Quando esse tempo é ultrapassado, passa a valer a data do requerimento formal do benefício.

Geovani Borges quer equilíbrio no uso de agrotóxicos

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) disse ontem que é preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre as correntes que garantem que substâncias banidas no mercado internacional estão sendo utilizadas nas lavouras brasileiras e aquelas que negam esse cenário. Ele observou, porém, que o Brasil detém o título de maior consumidor de agrotóxicos do mundo e que existe a determinação do governo de banir, até 2013, cinco substâncias proibidas na Europa e nos Estados Unidos.

– Não há como ignorar que existem abusos e que são necessárias, sim, ações de controle – assinalou Geovani Borges.



Geovani Borges: “Não há como ignorar que existem abusos”

Senadores viajam à região de conflitos agrários

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) relatou ao Plenário os resultados da visita que a comissão externa integrada por ela e outros três senadores fez a uma das áreas de conflito agrário no Brasil, nas divisas dos estados de Rondônia, Acre e Amazonas.

A viagem foi motivada pelas mortes de cinco líderes de agricultores da região. Vanessa foi acompanhada de Pedro Taques (PDT-MT), Raulf Rodrigues (PSOL-AP) e Valdir Raupp (PMDB-RO). Ela ressaltou a participação dos agricultores na audiência pública, que considerou “significativa e muito ilustrativa da realidade daquela região”.



Para Vanessa, participação de moradores esclareceu senadores